

AS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NA ERA DO CAPITALISMO FINANCEIRO

Gisele Oliveira de Alcantara¹

Janete Luzia Leite²

RESUMO

Este texto analisa as transformações societárias ocorridas no marco da financeirização e mundialização econômica e como as mutações da “questão social” se operacionalizam neste cenário. Para tanto, adotou-se uma abordagem metodológica que partiu da estrutura geral do capitalismo, vislumbrando uma melhor apreensão de suas características em sua atual fase. Como principais resultados verificou-se que as expressões da “questão social”, nesse contexto, traduzem-se no aprofundamento da concentração de poder político e econômico, agravando as desigualdades sociais e potencializando a desvalorização do trabalho, com a diminuição do Estado nas políticas e necessidades sociais e o apelo ao individualismo e à responsabilidade privada. Palavras-chave: Financeirização, mundialização, “questão social”.

ABSTRACT

This text examines the societal transformations that occurred in March of finances and economic globalization and how mutations of the "social question" was operationalized in this scenario. To this end, we adopted an approach that left the overall structure of capitalism, envisioning a better understanding of its characteristics in its current phase. As main results verified that the expressions of "social issue" in this context are reflected in the continued concentration of economic and political power, exacerbating social inequalities and enhancing the devaluation of the work, with the decrease of state policies and social needs and appeal to individualism and private responsibility.

Keywords: financialisation; globalisation; “social issue”.

1. INTRODUÇÃO:

O capitalismo como modo de produção é o resultado de um processo histórico, no qual a lógica do valor organiza cada vez mais intensamente as relações sociais, políticas,

¹ Mestre. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. gicaalcantara@gmail.com

² Doutora. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. jantetel@uol.com.br



econômicas e culturais (BEHRING, 2003), em substituição às formas feudais de organização da sociedade.

Marx (1982, p. 75) define o capitalismo como “uma sociedade de produtores de mercadorias”, constituída de homens “livres” para negociar seus produtos, sejam estes a força de trabalho, os meios de subsistência ou os instrumentos de produção. No capitalismo, as relações de troca entre os produtores das mercadorias assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho e não entre homens. Refletem uma relação social dos produtores com o trabalho total e indiferenciado, como uma relação existente fora deles.

Tal fenômeno é denominado por Marx (1982) de *fetichismo da mercadoria*, por meio do qual as relações de produção se mistificam e aparecem como se fossem relações entre mercadorias. Entretanto, na essência, são relações entre classe sociais antagônicas, construídas entre os que vendem sua força de trabalho e os que detêm os meios de produção.

As relações sociais no capitalismo caracterizam-se pelo antagonismo entre duas classes fundamentais: a burguesia, compreendida pelos que detêm os meios de produção e empregam o trabalho assalariado; e o proletariado, isto é pela classe trabalhadora assalariada, que é privada dos meios de produção e se vê obrigada a vender sua força de trabalho para sua subsistência (MARX & ENGELS, 1998).

O trabalhador participa do processo de trabalho de forma fragmentada e não detém o controle sobre sua totalidade e nem ao menos sobre o produto do seu trabalho. Este produz um valor a mais do que o valor de uso do produto, que é apropriado pelo capitalista. Este, por sua vez, destina um salário ao trabalhador para sua sobrevivência física e capacidade de continuar produzindo, que não corresponde ao total do valor que o capitalista receberá pelo produto no ato da troca. Tais fenômenos consubstanciam-se na produção.

A força de trabalho humana é um elemento crucial na produção, uma vez que conserva o valor das mercadorias (matérias-primas e instrumentos de trabalho) que ingressam no processo de produção e cria novos valores; um valor excedente que não é pago ao trabalhador: a mais-valia, ou seja, o resultado do processo capitalista de produção.

Por meio do consumo produtivo da capacidade de trabalho, os meios de produção transformam-se em produtos, que além de conterem o valor do capital investido inicialmente em forma de dinheiro, contêm o sobrevalor criado. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho possuem grandezas distintas, pois o capitalista utiliza o valor de uso desta mercadoria como fonte de valor e de mais-valia.



Assim, a mais-valia resulta de um excesso de trabalho. Marx (1982) esclarece que não foi o capital que inventou o mais-trabalho, porém este existe em sociedades cuja parte de seus membros detem os meios de produção e outra parte somente dispõe de sua força de trabalho, pois “a produção de mais-valia ou extração de mais-trabalho constitui o conteúdo e o objetivo específico da produção capitalista, abstraídas as transformações do próprio modo de produção que possa surgir da subordinação do trabalho ao capital!” (MARX, 1982, p. 226). Desta forma, o trabalho torna-se elemento fundamental para a reprodução e manutenção de um modo de produção com base na exploração da força de trabalho para o alcance de seu principal objetivo: o lucro.

O capitalismo está sempre voltado para a extração de superlucros, resultante da combinação de um conjunto de fatores agregados, que devem resultar na diferenciação da produtividade do trabalho por meio da incorporação de formas anteriores de obtenção de mais-valia e da inovação de outras formas, principalmente por meio das tecnologias – a lógica seria baixar o valor da produção e distribuir a mercadoria por um preço acima da média social – levando a uma fase expansionista. Há, então, uma universalização da circulação, que não é acompanhada pela universalização da produção como forma de manutenção do poder pela exclusividade na detenção dos meios de produção.

Mandel (*apud* BEHRING, 2003) defende que este modo de produção passa por ciclos ou ondas, ora de tendência expansionista, ora por tendência de declínio, sendo um sistema que tem o desequilíbrio como pressuposto para a sua reprodução, estabelecendo uma espécie de “desenvolvimento desigual e combinado”. Assim, a expansão da acumulação capitalista necessita do desnivelamento da taxa de lucro entre os atores econômicos, com a combinação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, como em um jogo, no qual para uns ganharem, outros têm que perder.

Todavia, apesar de todo o esforço do capital para a manutenção das condições de desequilíbrio, a tendência de mecanização crescente leva a um nivelamento geral da produtividade média do trabalho, significando a queda na extração de superlucros e iniciando uma onda declinante deste modo de produção, culminando nas crises cíclicas do capital (*Id.*).

As crises cíclicas do capitalismo tardio, segundo o autor em tela, caracterizam-se por um período anterior expansionista, seguido pelo declínio da taxa de lucro, proveniente da contradição existente entre automação e produção de mais-valia, com extração de superlucros, uma vez que esta última só se materializa com a exploração do trabalho vivo.



Por outro lado, o desemprego gerado pela incorporação de novas tecnologias e expulsão dos trabalhadores levam, ao final, à queda da taxa de lucro.

Harvey (2005) compartilha das ideias de Mandel sobre a tendência que o capitalismo tem de produzir crises, que se expressa a partir dos excedentes de força de trabalho e de capital - pela superabundância de mercadorias no mercado, pela capacidade produtiva inutilizada e presença de excedente de dinheiro e capital que necessitam de investimentos produtivos e rentáveis. A alternativa adotada pelo capital para essa problemática, segundo o autor, situa-se no ajuste espaço-temporal desencadeado pelo capitalismo.

Desse modo, o processo de expansão geográfica e de reorganização espacial - por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e possibilidades de recursos e de trabalho em outros lugares -, ao lado dos investimentos de capital em gastos sociais ou projetos de longo prazo, consubstanciarão uma situação de deslocamento espaço-temporal, proporcionando a desvalorização e absorção sistêmica dos excedentes de capital e de trabalho.

O geógrafo supra alerta ainda para a necessidade de se considerar que o problema da sobreacumulação somente se resolve em curto prazo, à medida que a injeção de crédito torna os territórios vulneráveis ao capital fictício ou especulativo, com tendência tanto para o estímulo ao desenvolvimento, como para a desvalorização, a exemplo das manipulações no mercado de ações financeiras.

Para Mandel (1990), durante a fase expansionista do capitalismo, a expansão do crédito e monetária foram as estratégias utilizadas pelo capitalismo para reduzir e frear a amplitude das crises - uma vez que não seria possível impedir o seu desencadeamento devido ao desdobramento estrutural das crises capitalistas. Todavia, essas medidas levaram à inflação e conseqüente dessincronização dos ciclos industriais nacionais, obrigando todos os governos imperialistas a aplicarem simultaneamente uma política antiinflacionária, levando a um nivelamento das taxas de lucro pela sincronização internacional do ciclo mundial, eclodindo no esgotamento da longa fase de expansão do pós-guerra.

Ademais, a criação de novos centros dinâmicos de acumulação de capital levou à criação de excedentes que necessitam ser absorvidos pela expansão geográfica, resultando no acirramento da competição internacional, pela qual os países mais fracos enfrentam sérias crises de desvalorização, além da ocorrência de confrontos geopolíticos de cunho militar, comercial ou monetário (HARVEY, 2005).

Nessa dinâmica de crises, o capitalismo passou, no final do século XX, por profundas transformações: geográficas e geopolíticas no âmbito da produção e organização do



processo de trabalho, nas formas de consumo, ação do Estado e estratégias de poder. Porém, no Ocidente, a forma de organização da sociedade e da economia ainda ocorre em função do alcance do lucro, objetivo principal do capitalismo (Id., 1993).

2. A FINANCEIRIZAÇÃO E A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E SEUS REBATIMENTOS SOBRE AS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”

Após a 2ª Guerra Mundial, o capital adotou como modelo a implementação da produção em massa e as estratégias keynesianas de intervenção estatal para criar as condições para um consumo de massa, associado à negociação com sindicatos em relação a ganhos reais nos salários, em troca de sua cooperação ao sistema de produção fordista. É com base neste modelo que surge o *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social, concebido como estratégia do capitalismo para sua recuperação e legitimação, propiciando uma fase de crescimento econômico, denominada “30 anos gloriosos”.

Durante os anos 1970, os processos de trabalho marcados pela produção em série e em massa foram gradualmente substituídos pela flexibilização da produção, com desdobramentos para os direitos dos trabalhadores, que são desregulamentados e flexibilizados.

A partir dos anos 1970, o capital observou mais uma de suas crises, com o início da transição no processo de acumulação de capital. Segundo Mandel (1990), essa crise resultou de um conjunto de fatores que levaram ao nivelamento da produtividade, com a aceleração da inflação e especulação financeira, acirrada e acelerada pelo aumento do valor do petróleo, consubstanciando-se uma nova fase declinante e duradoura, marcada pela sobreacumulação (HARVEY, 2005).

Petras (2004) esclarece que ocorreu um processo de recessão econômica, com a desindustrialização de alguns países e conseqüente aumento do desemprego, significando a submissão de países subdesenvolvidos à economia dos países centrais por meio da transferência de riquezas, tendo em vista o restabelecimento das taxas de lucro diante da crise de sobreacumulação, com o aprofundamento dos mecanismos de recolonização.

Entra em cena uma nova política imperialista, que reestruturou radicalmente o capitalismo internacional, a partir da criação, pelos Estados Unidos (EUA), de um regime financeiro forte e com controle sobre as instituições financeiras globais através da manipulação do crédito e das práticas de administração da dívida (HARVEY, 2005).



Ao longo dos anos 1990 estabeleceu-se a financeirização da economia, a partir do estímulo às transferências de capitais para a economia estadunidense, a fim de garantir condições para os EUA comprarem as mercadorias dos países cuja absorção das exportações depende da saúde financeira deste (HARVEY, 2005). Tal estímulo efetivou-se, sobretudo, por meio da estabilidade de empregos e pelo crescimento da economia dos EUA que, apesar de sua crescente e substancial dívida pública (40% da dívida pública mundial durante quase vinte anos), atraiu para esse país fundos líquidos em busca de investimentos financeiros rentáveis e seguros.

A financeirização expandiu-se para os demais países e passou a determinar a forma de distribuição das riquezas, o nível de emprego assalariado e os ritmos dos investimentos financeiros que direcionam a economia e são operacionalizados pelos bancos, companhias de seguro, fundos de pensão e sociedades financeiras de investimento coletivo.

Esse processo, divulgado como globalização da economia, revestindo-se de um sentido unificador das economias, não possibilita a melhor distribuição das riquezas sociais. Ao contrário, potencializa as desigualdades e a polarização entre países pobres e ricos. Para Chesnais (2000), trata-se da mundialização do capital, com a extensão da financeirização para todas as localidades do planeta, trazendo, ao mesmo tempo, uma homogeneização do consumo e dos modelos de dominação ideológica por meio da mídia e das tecnologias e a heterogeneidade e desigualdade econômica, tendo em vista a forte seletividade dos investimentos financeiros.

Observa-se um processo de recolonização, no qual os EUA portam-se como o guardião dos interesses do capitalismo e principal Estado imperialista, principalmente por seu poder bélico e por sua forte industrialização com empresas espalhadas por todo o mundo (PETRAS, 2004). Nesse cenário, observou-se um processo de acumulação baseado na centralização dos monopólios, por meio de seus investimentos no exterior e pela economia de trabalhadores no processo de produção.

A ofensiva colonizadora e de exploração da classe trabalhadora, com a concentração e centralização do capital, refletiu-se no aumento do nível de pobreza no mundo e trouxe impactos para os movimentos de resistência ao capitalismo.

A mundialização do capital reflete a concentração e centralização da propriedade e o aprofundamento das desigualdades entre os países periféricos e centrais, estabelecendo um grau de intervenção político-econômica das oligarquias financeiras em nível planetário (NETTO, 1996).



Nesse contexto, a soberania dos Estados nacionais fica comprometida, à medida que, gradualmente, perdem o controle sobre a economia, devendo ser mínimos no sentido da sua intervenção nesta área. Porém, sua atuação interna deve ser a mais forte possível, a fim de realizar as mudanças estruturais exigidas pelos organismos multilaterais e de frear qualquer tipo de resistência e oposição (BEHRING, 2003).

Assim, o papel do Estado tem importância fundamental quanto à intervenção no controle de mercado e da força de trabalho, vislumbrando a manutenção das condições de produção e consumo. Nesse sentido, o Estado e as instituições financeiras têm papel fundamental para a realocação dos excedentes de capital e de trabalho, por sua capacidade de criação de créditos e capital fictício que transportam o consumo atual para investimentos futuros, que reanimarão a produção e a economia (HARVEY, 2005).

O regime de acumulação financeira reatualizou as receitas provenientes da propriedade de títulos de dívidas e ações e trouxe à tona o triunfo do fetichismo financeiro. A dívida pública instituiu o poder das finanças por meio da transferência de receitas em benefício da renda a partir da: “sobreimposição do capital e das receitas elevadas e o financiamento para empréstimo junto aos mercados financeiros dos déficits orçamentais. Sob o efeito de taxas de juros superiores e mesmo muito superiores à inflação e ao crescimento do PIB, a dívida pública faz “a bola de neve” (CHESNAIS, 2000).

A financeirização se traduz, sobretudo, em atividades improdutivas - pelas quais o dinheiro é utilizado para produzir mais dinheiro por meio da “especulação em mercados futuros, valores monetários, dívida e demais coisas” (HARVEY, 2005, p. 106) - e que mistificam e obscurecem as formas de exploração da mais-valia, uma vez que o capital, que rende juros, se apresenta como fonte autocriadora de valor (IAMAMOTO, 2007).

O capitalismo financeiro facilitou a centralização do poder político e econômico nos EUA e nas demais potências econômicas, como Japão, Inglaterra e Alemanha. Porém, apesar de adotar uma série de ajustes espaço-temporais, fracassou em sua capacidade de acumulação através da reprodução ampliada de capital de uma forma mais sustentável, voltando-se para o que Harvey (2005) chama de acumulação por espoliação ou novo imperialismo.

A espoliação converte-se na fase atual do capitalismo financeiro de investir nas economias dos países, na coisa pública e nos direitos. Tal fenômeno, típico do capitalismo primitivo, implementa novos mecanismos para acumulação, a exemplo das patentes e licenças de materiais genéticos, plasma de sementes e demais produtos que podem ser usados contra populações; da privatização da água e outros serviços públicos; da



mercantilização das formas culturais, históricas e de criatividade intelectual; e da privatização de instituições e políticas públicas. A intervenção do Estado nesse processo de espoliação é um determinante fundamental para converter os direitos de propriedade comum, ganhos através da lutas de classe, ao domínio privado, estabelecendo-se à revelia da vontade popular (HARVEY, 2005).

Nesse contexto, as expressões da “questão social” traduzem-se em uma potencialização do fetichismo da mercadoria com a banalização do humano, da satisfação das necessidades sociais e dos dilemas do trabalho. Soma-se o crescimento das desigualdades sociais, a regressão de direitos civis e sociais, a desregulamentação das relações de trabalho e a ascensão de políticas de ajuste estruturais preconizadas pelos países imperialistas (IAMAMOTO, 2007).

Para lamamoto (2007), a “questão social” relaciona-se estritamente à sociedade capitalista, notadamente em sua fase monopolista, aglutinado o conjunto de desigualdades sociais, políticas e culturais das classes sociais e que têm diferentes expressões no cotidiano da vida social. A autora articula o surgimento da “questão social” à apropriação privada da produção coletiva, sendo inerente ao surgimento do trabalho livre e à alienação do trabalhador em relação ao produto de seu trabalho.

Todavia, a pobreza somente se expressa como “questão social” mediante a reivindicação da classe trabalhadora, a partir de sua transformação em classe para si pela consciência de que a escassez, na ordem burguesa, decorre das relações sociais de exploração erigidas pelo modo de produção capitalista (IAMAMOTO, 2007).

À medida que suas manifestações potencializam-se como ameaça da classe explorada que perturbariam a prosperidade nos negócios capitalistas e a estabilidade das instituições políticas e sociais, estabelece-se o conflito entre classes sociais, que deflagra a emergência de respostas do capitalismo, tendo em vista sua manutenção como modo de produção que determina as relações sociais de exploração (MARX, 1995).

No marco da financeirização do capital, direciona-se a atenção à pobreza para a responsabilidade privada dos cidadãos, com a diminuição da atenção do Estado nas políticas e necessidades sociais, que é transferida para a responsabilidade do mercado e da filantropia. Assim, o dever moral se sobrepõe à esfera pública, com o rompimento da universalidade dos direitos e da possibilidade de reivindicação destes, com a descontinuidade das políticas e dos serviços sociais e com o retorno ao assistencialismo (IAMAMOTO, 2007). O individualismo traveste-se em um discurso de solidariedade e a competência é reportada como o alvo a ser atingido, encobrendo a busca pela rentabilidade.



Observa-se a subordinação da economia, política e cultura, que organizam a vida em sociedade, aos objetivos de valorização do capital. Impõe-se uma nova forma de sociabilidade, com a observância da mercantilização universal das relações sociais, na qual a lógica do capital vai permeando para além da esfera produtiva e inserindo-se nos modos de circulação e consumo das mercadorias (NETTO, 2007).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do modo de produção capitalista em sua fase atual, mundializada e marcada pela financeirização da economia, é fundamental para a leitura dos fenômenos sociais contemporâneos, a fim de desmistificar determinados conceitos e vislumbrar uma ação orientada para a defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Apesar das transformações no seio do capitalismo, que se traduzem em fases diferenciadas, o modo de produzir baseado na exploração de uma classe sobre outra na busca incessante por lucros permanece, porém sofrendo metamorfoses com o objetivo de assegurar sua manutenção como sistema que organiza a vida social, diante de suas crises cíclicas.

As expressões da “questão social” revestem-se de novas configurações, porém com a permanência de elementos estruturais do capitalismo, como as desigualdades sociais e a concentração de renda, associados à retração de direitos sociais e de políticas públicas, do aumento do desemprego e imposição de políticas estruturais. O individualismo e a responsabilidade privada dos cidadãos sobrepõem-se ao público e ao dever do Estado, e o mundo financeiro vai cada vez mais se impondo sobre o cotidiano da vida dos indivíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

CHESNAIS, F. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, nº 5, 2000.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **O novo Imperialismo**: acumulação por espoliação. São Paulo: Loyola, 2005.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social no Tempo do capital Fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

MANDEL, E. **A Crise do Capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo, Ensaio, 1990.



MARX, K. **Para a Crítica da Economia Política**. In: *Os Economistas*. Abril Cultural, São Paulo, 1982.

_____. Glosas críticas marginais ao artigo “O Rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano. In: **Práxis**. Belo Horizonte, nº 5, 1995.

MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, J. P. Transformações Societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, v. 17, nº 50, abr. 1996, pp. 87-132.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2007.

PETRAS, J. **América Latina: Imperialismo, Recolonización y Resistencia**. Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2004